

Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019

(PEC Emergencial)

Iniciativa: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senadora Juíza Selma (PODEMOS/MT), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

[Texto inicial](#)
[Imprimir](#)

Assunto: Econômico – Planejamento e orçamento.

Natureza: Norma Geral

Ementa:

Altera o texto permanente da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondendo sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e dá outras providências.

Explicação da Ementa:

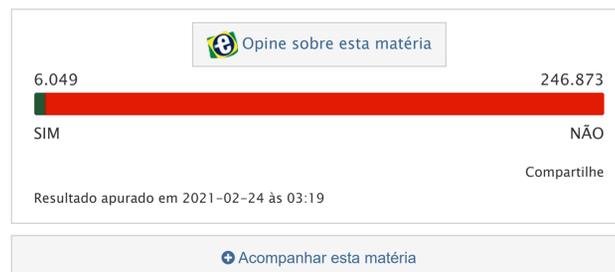
Institui mecanismos de ajuste fiscal, caso, para a União, as operações de crédito excedam à despesa de capital ou, para Estados e Municípios, as despesas correntes superem 95% das receitas correntes. Prevê que lei complementar disporá sobre a sustentabilidade da dívida pública, limites para despesas e medidas de ajuste. Modifica as medidas para cumprimento dos limites de despesa com pessoal previstos em lei complementar. Veda que lei ou ato autorize pagamento retroativo de despesa com pessoal. Suspende a correção pelo IPCA do limite às emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, aplicável durante o Novo Regime Fiscal, enquanto vigentes as medidas de ajuste. Determina a reavaliação periódica dos benefícios tributários, creditícios e financeiros. Veda, a partir de 2026, a ampliação de benefícios tributários, caso estes ultrapassem 2% do PIB. Determina a restituição ao Tesouro do saldo financeiro de recursos orçamentários transferidos aos Poderes Legislativo e Judiciário. Condiciona os Poderes Legislativo e Judiciário ao mesmo percentual de limitação de empenho que tenha sido aplicado no Poder Executivo.

Situação Atual

Em tramitação

Participe

Relator atual:	Senador Marcio Bittar
Último local:	22/02/2021 – Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)
Último estado:	22/02/2021 – INCLÚIDA EM ORDEM DO DIA



Documentos ▾
Lista de publicações oficiais ▾
Emendas ▾
Informações complementares ▾
Matérias relacionadas ▾
Tramitação ▾

Notícias relacionadas

Presidência



Votação de PEC Emergencial quinta-feira depende de acordo de líderes, diz Pacheco

Comissões

Eleitos para dirigir CAS criticam possível fim de gasto mínimo em saúde e educação

Comissões

Humberto Costa e Fabiano Contarato são eleitos para comandar a CDH

Áudio

PEC Emergencial ameaça SUS e Fundeb, diz senador

Áudio

Presidente do Senado confirma votação da PEC Emergencial na quinta-feira

Especial

IFI traça cenários com novo auxílio emergencial e prevê crescimento de 3% do PIB em 2021

Plenário

Relatório da PEC Emergencial inclui cláusula para permitir pagamento de auxílio

Presidência

PEC Emergencial pode ser aprovada em um dia, diz Pacheco

Plenário

Pauta da semana tem PEC Emergencial, autoridades e marco das startups

Áudio

Instituição Fiscal Independente lança relatório com projeções sobre pandemia